



A IMPORTÂNCIA DA FEIRA LIVRE AGROECOLÓGICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO

Thais Pereira dos Santos Souza
*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Social - Unimontes*
thaissociais21@gmail.com

Euliny Araújo Mota
*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço
Social - UFRJ*
eulinyam@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir a multidimensionalidade dos saberes alimentares, destacando as práticas comerciais de feiras livres agroecológicas como instrumento de promoção da saúde alimentar e desenvolvimento humano. Devem ser analisadas como serviço público em ações de incentivo à agricultura familiar que se estende ao Estado, municipalização e empresas. A ênfase da pesquisa e reflexão destaca-se no conceito de alargamento das capacidades humanas elaborado por Amartya Sen (2000), relacionado à perspectiva do desenvolvimento em sua dimensão humana e social que tem como fim útil o bem estar das pessoas. Como embasamento, apresentamos o 34º relatório de monitoramento do abastecimento e comercialização da Emater do ano de 2021 do Estado de Minas Gerais, indicando a importância de políticas públicas no setor para o cumprimento dos direitos básicos da vida, não só nutricional, bem como, social e político num cenário de aumento do desemprego e fome no país intensificado pela covid-19.

Palavras-chave: Agroecologia, Desenvolvimento e Política Pública.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the multidimensionality of food knowledge, highlighting the commercial practices of agroecological street markets as an instrument for promoting food health and human development. They should be analyzed as a public service in actions to encourage family farming that extends to the State, municipalities and companies. The emphasis of the research and reflection stands out on the concept of expanding human capabilities elaborated by Amartya Sen (2000), related to the perspective of development in its human and social dimension, which has the well-being of people as a useful end. As a basis, we present the 34th Emater supply and commercialization monitoring report for the year 2021 in the State of Minas Gerais, indicating the importance of public policies in the sector for the fulfillment of the basic rights of life, not only nutritional, but also, social and political in a scenario of rising unemployment and hunger in the country intensified by covid-19.

Key-words: Agroecology, Development and Public Policy.



INTRODUÇÃO

Atualmente, vimos no Brasil uma mudança significativa dos hábitos alimentares, o que se deve de forma significativa à crise econômica oriunda de uma má gestão governamental e das implicações do avanço da pandemia ocasionada pelo COVID-19, doença que vem afetando milhares de vidas, tanto no âmbito econômico quanto social, desde o ano de 2020. Vale salientar que os efeitos da pandemia refletiram desde a desigualdade econômica, insegurança alimentar, impactos ao meio ambiente entre outros temas independentes, mas estreitamente ligados.

De acordo com Oliveira (1997), os “hábitos alimentares” devem ser pensados pela via multidimensional, relacionando outros membros que compõem a cadeia alimentar, entre eles: mercado, agricultor, consumidores e interferência do Estado. No que se refere à promoção da saúde, existe um conjunto de estratégias e ações focadas na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Esse conjunto de estratégias que corresponde à das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que tem como direito humano básico a alimentação saudável adequada, capaz de oferecer fundamental contribuição na redução de condições danosas à saúde como desnutrição, diabetes, hipertensão, câncer entre outros agravos relacionados à alimentação – essa política tem por objetivo apoiar os Estados e municípios do Brasil em sua busca de atingir um pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE: *Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável* 2022).

Neste sentido, a noção de desenvolvimento proposto para interpretação deste trabalho está ligada ao conceito de alargamento das capacidades humanas elaborado por Amartya Sen (2000), relacionado à perspectiva do desenvolvimento em sua dimensão humana e social que tem como fim útil o bem estar das pessoas, não apenas do ponto de vista econômico.

AGROECOLOGIA E HÁBITOS ALIMENTARES

O termo “agroecologia” se tornou popularmente conhecido em meados do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial. Segundo Luzzi (2001), apesar do seu



destaque nos últimos anos, suas práticas podem ser consideradas ao mesmo tempo da agricultura propriamente conhecida e, para outros, pode ser atrelado a três vertentes de debate e conhecimento, bem como: a ciência, movimento e prática agrícola. A agroecologia, enquanto ciência multidimensional, tem a capacidade de constituir um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, valorizando a vida no campo, saberes culturalmente desenvolvidos, além de proporcionar autonomia econômica no sustento das famílias.

Nas palavras de Gliessman Stephen:

“[...] Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. “Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade [...]” (GLIESSMAN, 2000, p.54).

Por estas linhas, a agroecologia tem como ponto de partida o conhecimento e cultura da população local, integrando o saber popular ao que é tido como conhecimento científico, teorizado, possibilitando a construção um novo saber que passa a ser visto com interesse pela opinião pública. Tal fato se deve a sua capacidade de minimizar as consequências ambientais, além de considerar o bem-estar do agricultor e a promoção da saúde social, sendo este disseminado por profissionais da saúde como um estilo de vida saudável e adequado à manutenção de uma melhor qualidade de vida.

A procura por alimentos agroecológicos têm crescido mundialmente. Possibilitar a sustentabilidade do cultivo da agricultura familiar é um passo primordial para que não somente a população e o planeta tenham a saúde protegida, como também o segmento econômico.

Entre os princípios básicos da agroecologia está o apelo à biodiversidade, ou seja, todas as formas de vida presentes na agricultura são importantes. Desta forma, as plantas, animais, minerais e tudo mais que envolve a produção desde a semeadura até a colheita, são tratados como parte do processo e requerem muita atenção. (...) tem por objetivo eliminar o uso de agrotóxicos e adubos químicos solúveis, que, em excesso, podem



contaminar os alimentos e também empobrecer o solo. (CONAFER, 2020)

É absolutamente possível, com o conhecimento adequado, aumentar a capacidade da produção sem fazer uso de defensivos agrícolas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, defende que a agroecologia é a chave para erradicar a fome na América Latina e Caribe, pois permite o desenvolvimento sustentável da agricultura, o progresso em direção a sistemas alimentares inclusivos e eficientes, e a conquista de ciclo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e a proteção dos recursos naturais. Isso é possível porque a agroecologia se baseia na união de saberes, integrando técnicas tradicionais de cultivo e novos conhecimentos, novas tecnologias limpas e insumos que são capazes de ofertar maior capacidade produtiva sem o esgotamento do solo. E por ser um cultivo mais preocupado com todos os aspectos que envolvem a vida no campo, a tendência é que a agroecologia passe a ser um conceito cada vez mais discutido e buscado para o cotidiano da agricultura familiar no Brasil e no mundo. (CONAFER, 2020)

A alimentação é uma das atividades mais importantes do ser humano, tanto pelo sentido nutricional, quanto por seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais que fundamentam e constituem diferentes sociedades. O ato de se alimentar nas sociedades humanas corresponde uma necessidade fisiológica essencial para a manutenção dos processos vitais, contudo, para além disso, o hábito corresponde ao universo sociocultural e simbólico de um povo, resultante de símbolos, costumes e práticas históricas (CARDOSO et al. 2022).

Da Matta (1986) estabelece uma diferença crucial entre comida e alimento, sendo o alimento componente nutricional – aquilo que nutre o corpo, já a comida, parte para um estilo de vida correspondente a um grupo específico. Isto é, o indivíduo se alimenta de acordo com a identificação do povo que pertence, reproduzindo dessa maneira signos, gostos, costumes, valores, cultura e territorialidade que o identificam. Por mais que os hábitos alimentares se modifiquem ao decorrer da vida, ainda assim permanece a memória alimentar.

Como vimos não se trata apenas de uma necessidade biológica, a alimentação constitui uma função estruturante na organização de uma sociedade. As relações



alimentares ultrapassam os fatores nutricionais, tornando-se capazes de se estender a economia, cultura e organização social. Por estas linhas, se torna relevante a perspectiva de desenvolvimento sustentável a partir da agricultura familiar por sua capacidade de promover alimentos seguros para o consumo e redistribuição e, além disso, assegurar aspectos culturais centrais de uma organização social que respeita a natureza e conserva os seus recursos para que gerações futuras também possam fazer usufruto do que a natureza é capaz de fornecer (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Para que houvesse a regulamentação e execução de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, foi sancionada em 2016 a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei 11.326, “que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Esta lei, considera como agricultor e empreendedor familiar rural todo aquele que use mão de obra proveniente do núcleo familiar de maneira predominante nas suas atividades econômicas e que estejam em conjunto a cargo da direção do seu empreendimento, não detenha área que seja maior que quatro módulos fiscais.

Polanyi (2000) no seu trabalho “A grande Transformação” elucida que os mercados sempre existiram. No entanto, foi somente no século XIX que se transformou em princípio de organização econômica da sociedade, rompendo com a ordem das relações tradicionais outrora submersas. Essa mudança pode ser observada em dois momentos: o primeiro pela imposição da política mercantil e o segundo pelo surgimento do mercado auto-regulável. Para tanto, o autor identificou a reciprocidade e a redistribuição como os princípios mais importantes que governam o comportamento econômico, diferentemente das relações de troca. Haja vistas, que a troca é o componente fundamental do comércio, que no decorrer da história vem se modificando de acordo com o sistema de capital de modo a garantir o seu objetivo principal, o lucro.

O trabalho é uma característica ontológica do homem. A capacidade de planejar para posteriormente manipular e modificar a natureza a fim de produzir algo é parte do que o torna humano. Esse produto pode ser uma mercadoria, passível de ser comercializada. Braz e Netto (2012) fazem uso da teoria de Marx ao explicar que primordialmente essa mercadoria possui seu valor atrelado a seu uso, mas é incubida de um valor de troca para



ser comercializada.

Para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias. A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos, etc.), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção - só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais produziu pertençam a ele. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 93)

Para que possa tanto vender quanto trocar, é necessário que o produtor tenha acesso à terra, informações, instrumentos e condições necessárias que são distribuídos de maneira absolutamente desigual na sociedade. O mercado não se auto regula, os donos de grandes meios de produção podem produzir em maior quantidade e muitas vezes comercializar por menor valor, devido ao acesso a capital que o permita comprar todo tipo de maquinário, grandes extensões de terra e pagar mão de obra, mesmo que mal remunerada. É primordial que o pequeno produtor seja amparado pelo Estado, para que possa produzir com qualidade e de maneira ética, buscando a preservação da natureza, que acaba sendo destruída pelo detentor de grandes meios de produção em sua ânsia por lucro.

Apesar disso, podemos observar relações de trocas que ultrapassam a lógica capitalista de desenvolvimento como crescimento econômico, apresentado por outras motivações, tais como os princípios da ética camponesa. Woortmann (1990, p. 57) aponta a ética camponesa constitutiva de uma ordem moral como um conjunto de valores centrais que se expressam principalmente através dos elementos terra, família e trabalho; as quais são categorias culturais “nucleantes de significados”, que ultrapassam os valores econômicos. De acordo com o autor, ainda em meio a modernidade podemos observar essa multiplicidade de significações existentes que caracteriza a particularidades socioculturais tradicionais em alguns atores de feiras livres e principalmente pelo movimento agroecológico.

CAPACIDADES HUMANAS E DESENVOLVIMENTO



As feiras livres constituem a categoria de mercado varejista ao ar livre. Essa modalidade de mercado deve ser analisada como serviço público em ações de incentivo à agricultura familiar que se estende ao Estado, municipalização e empresas, no caso do estado de Minas Gerais, possui como responsável por sua organização a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG.

A EMATER foi criada em Minas em 1948 e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – é empresa pública estadual na forma de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa. (MINAS GERAIS, 2018, p. 1)

Opera preferencialmente junto à população que se encontra vulnerável econômica e socialmente, com o objetivo de fortalecer a segurança alimentar estratégica e o setor agrícola. Atua de maneira a buscar soluções para as necessidades do produtor rural, promovendo a execução de programas que constroem e difundem conhecimentos técnicos que possibilitem a melhoria da produção e aumento da produtividade, para que haja maior rentabilidade e ao mesmo tempo se conserve os recursos naturais. Para tal, se faz necessário que a Emater colabore “com as unidades da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instituições federais, estaduais e municipais, na formulação e execução das políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agrícola” (MINAS GERAIS, 2018, p. 1)

Uma das atribuições dessa empresa é a organização das feiras livres supracitadas, que são realizadas semanalmente em mercados e grandes praças ao ar livre. No caso do município de Januária-MG temos o exemplo da feira do Ceasa, que acontece todos os sábados na entrada da cidade e na quinta-feira com o incentivo das políticas a agricultura e a feira agroecológica e cultural da praça Tiradentes .





Figura 1- Feira do ceasa
Fonte: Amigos de Januária



Figura 2- Feira livre Agroecológica
Fonte: Amigos de Januária

Portanto, para o campo da política pública, as feiras livres agroecológicas desempenham relevância na pauta da segurança alimentar. Constituem um plano mais



amplo, que tem como objetivos principais a promoção da saúde e qualidade de vida, além de se embasar pelos princípios de proteção ao meio ambiente, estimular a inclusão social e proporcionar melhores condições econômicas para agricultores, aliada a segurança alimentar tanto dos produtores quanto dos consumidores em geral (ALVES, 2009). A agroecologia além de ser um modelo de produção possuidor de grande valor nutricional, suscita a compreensão e análise crítica do atual modelo de desenvolvimento de agricultura industrial, propõe uma nova perspectiva de modelo de agricultura e desenvolvimento.

Para Sen (2000), a liberdade dos indivíduos é o elemento constitutivo básico ligado à expansão das capacidades das pessoas de levarem o modo de vida que julgarem ideal além do que, os direitos civis e políticos oferecem às pessoas a oportunidade de avaliar suas necessidades e exigência de construção de política pública adequada. As feiras agroecológicas cumprem um papel importante no que tange promoção de segurança alimentar e nutricional da população, bem como possuem papel social e político em um cenário de aumento de desemprego e fome no país ocasionados pelas implicações resultantes dos efeitos da pandemia causada pelo vírus COVID-19, o qual tem sido tema do movimento de Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O desmonte de políticas públicas nos últimos anos, como o do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promovia a segurança alimentar e nutricional da população, se acirrou com a pandemia. Com o aumento de preços dos alimentos e crescente desemprego, a agricultura familiar se mostrou ainda mais relevante para a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, em especial dos que se encontram em condição financeira menos favorável na sociedade.

No trigésimo quarto 34º Relatório de Monitoramento do Abastecimento e Comercialização da Produção Agropecuária nos Municípios da Emater, realizado em cerca de 695 municípios do Estado de Minas de Agosto de 2021, a situação era emergencial na Saúde Pública devido à intercorrências agressivas ocasionadas pela Covid-19. Foi aplicado questionário a 695 municípios dos 853 correspondentes do Estado de Minas, tendo como representatividade 81,5% de acordo a figura 3.

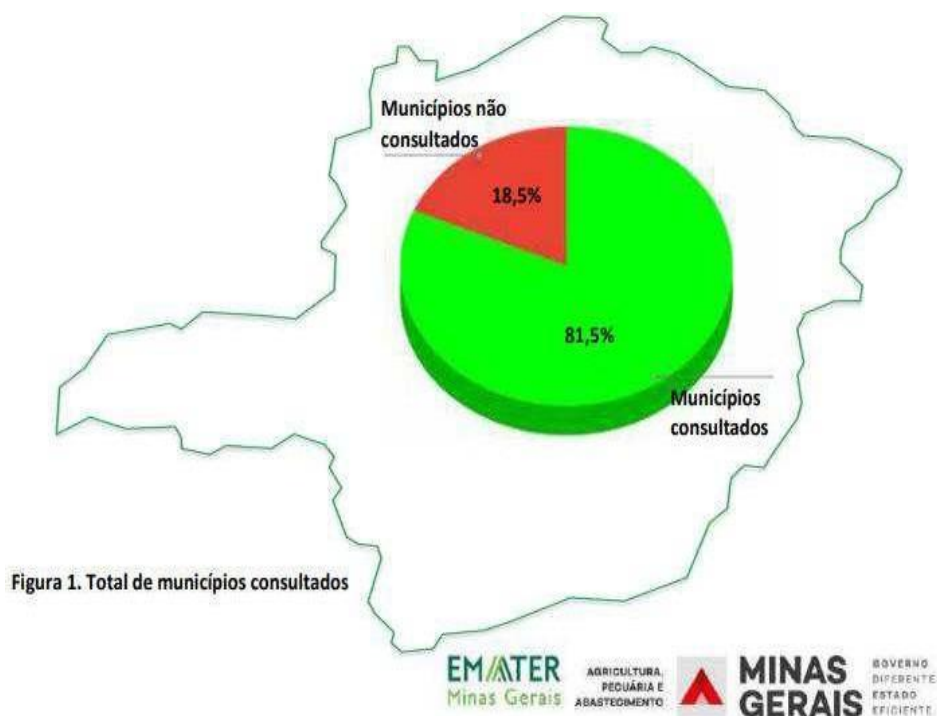


Figura 1. Total de municípios consultados

Fonte: 34º Relatório EMATER 2021.

De acordo com os dados coletados em relação ao comprometimento da comercialização da produção originária da agricultura familiar nos municípios, foi possível constatar que a comercialização da produção dos agricultores familiares apresentou a condição de normalidade em 32,4% dos municípios consultados. Entretanto, em 40,6% dos municípios, foi possível notar baixo comprometimento, verificou-se ainda que em 27,1% dos municípios consultados, o comprometimento da comercialização variou entre a condição de média à totalmente comprometida, sendo esta última circunstância verificada em menos de 1,0% dos municípios consultados, considerando a sua totalidade.

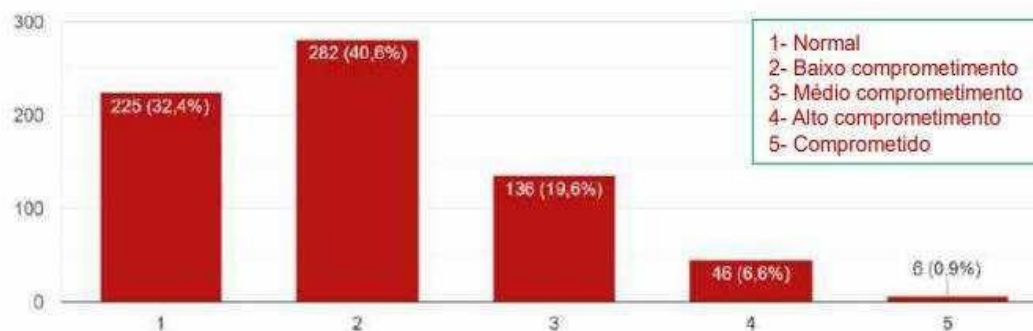


Gráfico I.

Fonte: 34º Relatório da EMATER 2021.

Ainda segundo o próprio relatório, as políticas públicas são de extrema importância para viabilizar a produção agropecuária em todo o país e principalmente, dos agricultores familiares, na comercialização de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia camponesa tem como base produzir para viver, todavia, mediante as transformações do mundo moderno, se faz necessária a comercialização do que é produzido, neste sentido, a feira livre tem sido atraente ao público por promover a saúde alimentar e o acesso a bens que possam guiar a uma melhor qualidade de vida. Ademais, a agricultura sustentável contribui significativamente na promoção da saúde alimentar e acompanhado pelo discurso do movimento agroecológico nas pautas de preocupação ambiental, resgate cultural e desenvolvimento sustentável esse mercado se torna ainda mais relevante. A demanda aumenta à medida que a população adquire consciência dos malefícios advindos do consumo de alimentos que não são saudáveis para o corpo, como também causam prejuízos ambientais em sua produção.

Haja vistas, não há possibilidade da existência de uma economia de mercado separada da esfera política. Neste sentido, é importante a aproximação dos atores locais junto às organizações públicas, promovendo ações de incentivo para ampliação das capacidades dos agentes em garantia de um desenvolvimento sustentável, humano e



econômico. É crucial que saberes sejam construídos e colocados em práticas não somente no que tange a produção alimentar, como também na construção coletiva de ações que possibilitem a existência de leis e programas que resultam em ações direcionadas a salvaguarda e incentivo da produção de alimentos agroecológicos através da agricultura familiar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adilson Francelino. CARRIJO, Beatriz Rodrigues. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa [org.]. *Desenvolvimento Territorial e agroecologia*. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AMIGOS DE JANUARIA – Projeto de Jornalismo Cidadão. *Conheça Feira de Januária MG*. Disponível em: <<https://amigosdejanuaria.wordpress.com/2014/04/07/conheca-a-feira-de-januaria-mg/>> Acesso em 20 de agosto de 2022.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. *A importância das feiras orgânicas e agroecológicas em todo o Brasil*. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2021/04/14/a-importancia-das-feiras-organicas-e-agroecologicas-em-todo-o-brasil/>>: Acesso em 01 de Setembro de 2022.

BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE: *Promoção Da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável*. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude.>> Acesso em: 03 de Setembro de 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006*. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11326&ano=2006&ato=981MTRU5kMRpWTf02.>> Acesso em: 03 de Janeiro de 2023.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez. 2013

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER- IICA. 2004.

CARDOSO, M.E.G. ; THÉ, Ana Paula Glinfskoi . *Perspectivas da Produção e do Consumo de Alimentos Agroecológicos no Norte de Minas Gerais em Períodos Pandêmicos*. In: 14



FEPEG, 2020, Montes Claros. 14 Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Unimontes. Montes Claros: Ed: Unimontes, 2020. v. 1. p. 1-1.

DA MATTA, R. *Sobre o simbolismo da comida no Brasil*. Correio da Unesco, 15(7):21- 23, 1987.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER: *Publicações relacionadas à Covid*. Disponível em: [https://www.emater.mg.gov.br/doc/Relatorios_Monitoramento/334%C2%B0_relatorio_de_monitoramento_emater-mg_compressed_\(2\)-compactado.pdf](https://www.emater.mg.gov.br/doc/Relatorios_Monitoramento/334%C2%B0_relatorio_de_monitoramento_emater-mg_compressed_(2)-compactado.pdf):> Acessado em 29 de agosto de 2022.

GLIESSMANN, S. R. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653p

LUZZI, N. *A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica*. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MINAS GERAIS. *Decreto 47567, de 19/12/2018*. 2018. Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

OLIVEIRA, S. P. DE; THÉBAUD-MONY, A. *Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar*. Revista de Saúde Pública, v. 31, n. 2, p. 201–208, abr. 1997.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SECON. *Agroecologia: O Sistema Produtivo Que Sustenta A Agricultura Familiar*. CONAFER, 2020. Disponível em <https://conaferr.org.br/agroecologia-o-sistema-produtivo-que-sustenta-a-agricultura-familiar/>> acesso em 10 de janeiro de 2023

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *O Desenvolvimento como expansão de capacidades*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>> acesso em 29 de



agosto de 2022.

WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral*. In: Anuário Antropológico/87, Brasília: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.